

## Discurso da Cerimónia de Posse dos Novos Desembargadores

Todos, todos, todos!

A frase do Papa Francisco – uma única palavra, três vezes repetida – marcou os tempos recentes, tornou-se inspiração, roteiro, designio.

O compromisso de incluir todos numa Casa Comum, sem exceções, sem medos.

Numa dimensão naturalmente bem distinta, ela também fará sentido nesta cerimónia de posse. Porque materializa muito do que nos define, daquilo que nos desafia.

Todos, porque o Tribunal da Relação do Porto orgulha-se, enquanto instituição, de congregar as diferentes instituições, da cidade do Porto, do mundo da justiça – Ministério Público, advocacia, academia –, da área da solidariedade social, através das parcerias com que apoiamos os mais desfavorecidos da nossa sociedade.

Por isso, nessa vontade congregadora, gostaria de saudar com particular apreço os nossos convidados que mais uma vez, nesta nova cerimónia de posse, tanto nos honram com a sua presença.

Todos, porque o Tribunal da Relação do Porto se afirma como baluarte de uma justiça independente e imparcial.

Perante os sombrios cenários que se desenham, a traço negro, preocupante, por essa Europa fora: crise das democracias, autocracia, populismos, controlo dos media, captura dos tribunais, derrocada do Estado de Direito, importa, a uma só voz, afirmar a nossa radicalidade essencial enquanto juízes independentes: todos os cidadãos são iguais perante a lei.

Sem exceções, sem medos.

Finalmente, todos, em triplicado, porque celebramos hoje a renovação da nossa Relação, num festejo de esperança e futuro.

Com alegria, acolhemos 15 novos Desembargadores; saibam que, agora, são um de nós, junto com aqueles que por cá trabalham.

É isso também o que nos distingue –na individualidade insubstituível de cada um dos nossos Desembargadores a pertença é coletiva, assumimo-nos, unidos, juntos, como um todo.

Somos sempre em plural.

Caros Colegas

O magnífico Palácio da Justiça do Porto afirma-se, acima do mais, como um local de encontro.

Com a beleza, com a Arte através das suas obras magnificas mas, sobretudo, enquanto espaço fraterno, caloroso, entre aqueles, mulheres e homens, que dão calor e vida ao histórico edifício.

Saramago, percebendo quão difícil pode ser a união entre os homens, explica-o melhor:

"O que dá verdadeiro sentido ao encontro é a busca; é preciso andar muito, para se alcançar o que afinal está perto."

Esse longo caminho começa hoje para todos vós, agora empossados.

Por isso, com a franqueza do companheirismo, queria começar por vos falar, aos colegas que hoje tomam posse, das nossas dificuldades, dos nossos problemas, do que nos preocupa.

Conforme tenho reiteradamente afirmado, as Relações, muito embora sejam a última das instâncias numa esmagadora percentagem dos processos, continuam a ser o parente pobre do sistema judicial português – o tal "irmão do meio".

No contexto específico do Tribunal da Relação do Porto, somos ainda vítimas de um outro facto evidente – as comissões de serviço, todas judiciais.

Deste modo, temos um número total de Colegas impressionante, o maior de todos – 31 - em comissões de serviço, incluindo seis Desembargadores que hoje tomam posse.

Além disso, as Relações são a única de todas as instâncias que não dispõe de um corpo de assessores – um zero absoluto.

Somos a única de todas as instâncias que não tem quaisquer mecanismos que permitam substituir juízes que, ao longo do ano, deixem de aqui trabalhar, seja por serem recrutados justamente em comissões de serviço, seja por promoção ao Supremo Tribunal de Justiça, seja por merecida jubilação.

Somos a única de todas as instâncias que não tem possibilidade de remunerar aqueles que acumulam, para além do seu trabalho, a recuperação de pendências atrasadas.

Muitos saberão como tenho procurado alertar, insistentemente, para estes problemas, apresentando soluções concretas junto do Conselho Superior da Magistratura.

Propusemos um sistema que já temos plenamente definido para remunerar as acumulações de serviço; propusemos que fosse automática a renúncia às comissões de serviço aquando da promoção a um Tribunal da Relação; propusemos concursos de dois em dois anos para o Supremo Tribunal de Justiça em lugar dos atuais três anos com listas alargadas de candidatos, obstando a que o nosso Supremo se converta num tribunal de passagem, um mero "apeadeiro", que acolhe colegas às portas da jubilação, bem avançados na faixa etária dos sessenta anos, e que, naturalmente, nele pouco investem ou sequer permanecem; propusemos que os desembargadores possam ser substituídos em tempo útil e não apenas como agora, de ano em ano; propusemos uma ponderação da distribuição de serviço atualizada à realidade de hoje e que atenda à percentagem elevada de recursos com impugnação da matéria de facto.

Temos insistido que, após os sessenta anos de idade, se implemente uma redução de serviço para os colegas mais velhos, uma vez assegurados os indispensáveis recursos humanos que o permita. Temos insistido que a colocação de juízes nas Relações obedeça a um único critério essencial: igualar o número de processos distribuídos por cada desembargador, acabando com discrepâncias no volume de serviço atribuído em função da Relação em que o juiz foi colocado.

Nenhuma destas medidas foi, nesta data, levada à prática por quem tem a possibilidade de o fazer.

O resultado está à vista de todos: um volume de trabalho excessivo com uma sobrecarga imposta a cada um dos nossos desembargadores que resulta crescentemente desadequada e que penaliza aqueles que aqui trabalham. Temo que o ano que se inicia dará testemunho destas dificuldades com distribuições elevadas a cada um de vós, agravada até ao limite de final de Novembro.

Sabendo de tudo isto, continuaremos, incansáveis, neste alerta, nesta luta. Acreditamos que a força dos nossos argumentos desembocará na melhoria da realidade quotidiana do nosso trabalho.

Caros colegas empossados.

Fica feito o retrato das dificuldades que vos cabe enfrentar desde o dia primeiro.

Não as escamoteamos nem as menorizamos; sabemos bem que apenas o esforço permanente, o labor árduo, sem tréguas e o compromisso de serviço público dos nossos desembargadores tem permitido que, em média, os nossos processos sejam decididos num período inferior a 70 dias, repito, 70 dias, numa notável demonstração de produtividade. Mais: pese todas as dificuldades acima elencadas, o denodo inultrapassável dos que aqui trabalham, e aqui incluo os senhores funcionários, permitiu que de 1 de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023, o número de processos pendentes tenha baixado em todas as jurisdições, pese embora não exista qualquer decréscimo nos processos entrados.

Deste modo, passamos na jurisdição laboral de 148 processos pendentes para 146, na área penal de 413 para 339 e na área cível de 941 processos pendentes para 824.

Um feito absolutamente extraordinário que cumpre sublinhar, enfatizar publicamente, uma e outra vez, com justificado orgulho.

Mas, caríssimos colegas e amigos, ser da Relação do Porto, pertencer a esta Casa, vai muito para além da mera descrição sobre a eterna escassez de recursos e meios.

Porque, permitam-me que vos diga este não será um tribunal melhor do que outros, mas é, de certeza, um tribunal diferente, único.

As provas são abundantes.

Basta visitar a nossa página (trp.pt) e nela constatar das múltiplas atividades jurídicas, culturais, artísticas que o nosso tribunal acolhe.

Basta indagar dos nossos quatro pilares de intervenção pública – uma Relação com a Cidade, com o Porto, uma Relação de Cooperação, uma Relação Solidária, uma Relação com as Artes – para perceber o muito que nos distingue.

Apenas no âmbito de um desses pilares – uma Relação Solidária - destaco, por exemplo, o nosso pacto ambiental, em parceria estreita com a Câmara do Porto a quem muito agradecemos o apoio constante, assente em três objetivos – tratamento de resíduos – uma realidade já presente nesta Casa –, a eliminação do plástico e, anuncio-vos hoje pela primeira vez, a aposta nas energias renováveis com o lançamento do concurso para painéis solares a instalar no terraço superior do nosso Tribunal.

Na cerimónia de fim de ano, em julho passado, uma mera recensão dos eventos ocorridos – e foram tantos - levou-nos a recordar figuras tão diversas que por aqui passaram como Pedro Mexia ou Capicua mas, sobretudo, permitiu-nos recordar, para além do encontro luso espanhol de juízes em Vigo, com nova edição agendada para 2024 no Porto e em Guimarães, a nossa exposição “Just’Art”.

19 juízes, procuradores e funcionários

– estes a quem particularmente saúdo e que estão sempre no centro, no núcleo da nossa missão, hoje envolvidos numa luta laboral, justa, digna, nobre –

foram os artistas criadores.

Não deixem de visitar o nosso Piso Cultural, o 3º, visitando essa mostra singular.

Deixo-vos com um último exemplo e tantos mais poderia partilhar.

Fala-vos do nosso futuro Museu do Conflito cujo logótipo hoje exibimos em primeiríssima mão e em cuja construção estamos a trabalhar ativamente.

Será um Museu que, expondo o nosso espólio histórico, foi pensado como um museu para o Século XXI, numa lógica moderna, original e absolutamente inédita na realidade dos tribunais portugueses.

\*

Mas o que mais interessa, o que realmente nos faz únicos, especiais, será sempre o essencial das coisas simples.

Admiro, desde a juventude, a figura de Nelson Mandela. E ele melhor o explica, com palavras comuns, de todos os dias: Honestidade, sinceridade, simplicidade, humildade, generosidade pura, ausência de vaidade, prontidão para servir os outros – qualidades que estão ao alcance de toda a gente - são o fundamento da vida.

Por isso, enquanto modelo para a nossa atividade jurisdicional, o que nos deve distinguir, hoje e sempre?

A proximidade entre todos. O companheirismo, a solidariedade, a cooperação mútua, a presença cúmplice, desinteressada. O estarmos juntos. A vontade de ajudar. A missão de serviço público, a todos os cidadãos.

Termino, dirigindo-me especialmente aqueles de vós que iniciam funções enquanto desembargadores, juizes de um tribunal de recurso.

Na presença dos vossos colegas, de familiares, de amigos, inicia-se um ciclo da vossa vida profissional.

Um novo recomeço.

"Sei que seria possível construir o mundo justo

As cidades poderiam ser claras e lavadas

(...)

Sei que seria possível construir a forma justa

De uma cidade humana que fosse

Fiel à perfeição do universo

Por isso recomeço sem cessar a partir da página em branco."

Acabo de evocar um outro esforço sempre renovado, o da poesia, a mesma que tem cativo lugar neste salão nobre, no caso a de Sophia de Mello Breyner, poeta do Porto, claro.

Sei de certeza certa que, no final, esta será para todos vocês uma etapa venturosa, plena, realizada, muito embora este recomeço nasça, com natural receio, a partir também de uma página vazia, em branco.

Não temam a vossa vulnerabilidade que foi, é, também a nossa.

Quem precisa de ajuda também ajuda.

Em 2012 quando cheguei a esta Casa, no meu presidente de Seção, nos meus colegas mais velhos, naqueles da minha geração, hoje amigos para a vida, encontrei, para usar as palavras de Tolentino de Mendonça, “o sentido maravilhoso e circular da solidariedade”.

Essa solidariedade, entre iguais, é o cunho desta presidência.

E queremos que seja também a imagem de marca de todos – magistrados, funcionários - todos os que aqui, convosco, trabalham, nesta casa comum.

Sim, é isso mesmo, todos!

Porto, 6 de setembro de 2023

*José Igreja Matos*